

O Anarquismo e os Sindicatos Operários

Fernand Pelloutier

1895

Assim como alguns trabalhadores de meu conhecimento, embora desiludidos com o socialismo parlamentar, hesitam em professar o socialismo libertário porque, em sua opinião, todo anarquismo consiste no uso individual de dinamite, também conheço vários anarquistas que, por um preconceito que já foi bem fundamentado, mantêm distância dos sindicatos e, se necessário, lutam contra eles, porque durante algum tempo essa instituição foi o verdadeiro terreno fértil para aspirantes a deputados. Em Saint-Etienne, por exemplo (e eu tenho isso de uma boa fonte), os membros dos sindicatos reverenciam Ravachol; nenhum deles, no entanto, ousa se chamar de anarquista por medo de parecer que está abandonando a preparação da revolta coletiva em benefício da revolta isolada. Em outros lugares, ao contrário, em Paris, em Amiens, em Marselha, em Roanne e em uma centena de outras cidades, os anarquistas admiram o novo espírito que tem animado os sindicatos há cerca de dois anos, sem, no entanto, ousar penetrar nesse campo revolucionário para semear a boa semente lançada pela dura experiência. E entre esses homens, emancipados quase no mesmo grau, intelectualmente ligados por um objetivo comum e pela percepção aqui, pela convicção ali, da necessidade de um movimento violento, persistia uma desconfiança que mantinha os primeiros longe dos camaradas que se acreditava serem sistematicamente hostis a qualquer ação concertada, e os últimos longe de uma forma de agrupamento na qual ainda acreditavam ser obrigatória a alienação da liberdade individual.

No entanto, a reaproximação iniciada em alguns grandes centros industriais ou de manufatura continua a se espalhar. Um camarada de Roanne disse recentemente aos leitores de *Les Temps nouveaux* que não apenas os anarquistas daquela cidade finalmente entraram nos grupos sindicais, mas que, por meio de sua energia e do ardor de seu proselitismo, eles adquiriram uma autoridade moral que é realmente benéfica para a propaganda. O que aprendemos sobre os sindicatos de Roanne, eu poderia dizer sobre muitos sindicatos de Argel, Toulouse, Paris, Beauvais, Toulon, etc., que, iniciados pela propaganda libertária, estão hoje estudando doutrinas que ontem, sob a influência marxista, eles se recusavam até mesmo a ouvir. Agora, analisar as causas dessa aproximação, que antes pareceria impossível, explicar as fases pelas quais ela passou, é acabar com o resíduo de desconfiança que impede a união revolucionária e arruinar o socialismo estatista, que se tornou a forma doutrinária de apetites inaceitáveis. Houve um momento em que os sindicatos se viram preparados (e, o que é uma garantia contra qualquer reação, preparados por seu próprio julgamento, apesar dos conselhos que até então haviam escutado com tanto respeito) para abandonar toda a participação nas chamadas leis sociais; esse momento coincidiu com a aplicação das primeiras reformas que lhes haviam sido prometidas como maravilhas durante quatro anos.

Disseram-lhes tantas vezes: “Tenham paciência, vamos regularizar suas horas de trabalho para lhes dar aquelas horas de descanso e estudo sem as quais vocês seriam escravos perpétuos”, que a expectativa dessa reforma os hipnotizou, por assim dizer, durante vários anos, distraíndo-os do objetivo revolucionário. Mas, uma vez que receberam a lei que regulamentava o trabalho feminino e infantil, o que descobriram? Que os salários de suas esposas, de seus filhos e os seus próprios foram reduzidos, proporcionalmente à diminuição da jornada de trabalho. Além disso, ocorreram greves e bloqueios patronais em Paris, Amiens e no Ardèche, o trabalho domiciliar se tornou mais comum, assim como o *sweat system*. Os industriais também recorreram a estratégias engenhosas, como turnos alternados e trabalho em revezamento, que ao mesmo tempo burlavam a lei e pioravam as condições de trabalho. No fim das contas, a aplicação da lei de 2 de novembro de 1892 teve um impacto tão grande que os trabalhadores e trabalhadoras pediram — e ainda pedem — sua revogação.”

Qual foi o motivo desse fracasso? Os sindicatos se apressaram em descobrir, mas sua fé na legislação era muito recente para que fosse seriamente afetada, e eles eram muito ignorantes em economia social para olhar além das causas tangíveis. Eles acreditavam (a redução nas horas de trabalho levou a uma redução nos salários) que a lei seria perfeita se, além de regular as horas de trabalho, também regulasse o preço do trabalho.

Mas finalmente havia chegado o momento da decepção. As promessas que tornaram o socialismo reformista tão poderoso foram seguidas por conquistas que seriam sua ruína. Novas leis foram criadas, com o objetivo de remunerar melhor o produtor ou de garantir sua velhice. Mas, então, os sindicatos

perceberam (e a honra dessa observação, que é de importância capital no desenvolvimento socialista, pertence acima de tudo às mulheres) que os objetos pelos quais eles, os produtores, eram mais bem pagos estavam sendo vendidos a eles, os consumidores, cada vez mais caros; que, à medida que a taxa de salários subia, também subia o preço do pão, do vinho, da carne, dos alugueiros, dos móveis, de todas as coisas, em uma palavra, que são a condição imediata da existência; Eles também perceberam (e isso foi formalmente declarado no recente Congresso de Limoges) que, em última análise, as pensões são sempre o produto de deduções dos salários. E essa lição experimental, mais eloquente para eles do que a análise magistral de Proudhon sobre a repercussão dos impostos¹, ensinada pela Internacional, admitida e até professada pelos programas coletivistas de treze anos atrás, se ainda não os persuadiu de que pretender diminuir o pauperismo em um estado econômico em que tudo está combinado para ampliá-lo seria querer conter um líquido em uma superfície plana, pelo menos gravou em suas mentes essa ideia, repleta de consequências, de que a legislação social talvez não seja a panaceia que lhes foi dita.

Entretanto, essa lição não teria sido suficiente para provocar o rápido desenvolvimento que estamos vendo se as escolas socialistas não tivessem se empenhado em inculcar neles uma aversão à política. Durante muito tempo, os sindicatos pensaram que a fraqueza do partido socialista, ou melhor, do proletariado, se devia principalmente, talvez até exclusivamente, às divisões dos políticos. Assim que surgia uma discordância entre o Cidadão X e o Cidadão Z, entre o “Torquemada em um lorgnon”, estigmatizado no passado por Clovis Hugues e Ferroul² e tal corifeu da “Federação dos Covardes Socialistas”, nas palavras de Lafargue³, os sindicatos estavam divididos em dois e, quando se tratava de realizar uma ação conjunta, como a manifestação de 1^o de maio, por exemplo, eles viam seus membros divididos em cinco, seis, dez seções, algumas das quais seguiam seu próprio caminho, outras seguiam seu próprio caminho, seguindo as ordens de seus líderes. Isso os fez pensar e, mais uma vez confundindo o efeito com a causa, gastaram uma energia que pode ser considerada imensurável na tentativa de resolver esse problema insolúvel: a união socialista. Os esforços feitos para alcançar essa quimera não podem ser imaginados por ninguém que não tenha vivido nos círculos corporativos. Agendas, deliberações, manifestos: tudo, tudo foi tentado, mas em vão; no exato momento em que o acordo parecia selado, quando, mais por cansaço do que por convicção, as discussões se acalmavam, uma palavra reacendia a faísca: Guesdistas, Blanquistas, intransigentes, Broussistas se levantariam em fúria, trocando insultos, jogando Guesde, Vaillant⁴ e Brousse nas cabeças uns dos outros, e a nova batalha duraria semanas, apenas para recomeçar assim que terminasse.

Neste mundo, tudo chega ao fim. Cansados de sua crescente fraqueza e de seus esforços inúteis para conciliar a política, que é acima de tudo de interesse individual, com a economia, que é de interesse social, os sindicatos finalmente entenderam (antes tarde do que nunca) que sua própria divisão tinha uma causa maior do que a divisão dos políticos e que ambas eram o resultado da... política. Foi então que, encorajados pela manifesta ineficácia das leis “sociais”, pelas traições de certos representantes eleitos socialistas (alguns dando seu apoio ao grande negócio de Bercy, outros fazendo bolinhas com os detritos de suas renúncias para atingir os eleitores no nariz), pelos resultados deploráveis da interferência de deputados ou conselheiros municipais em greves, especialmente a dos ônibus, pela hostilidade à greve

¹ Isso provavelmente se refere ao capítulo VII de *Système des contradictions économiques* (1846) e talvez também ao capítulo III de *Théorie de l'impôt* (1861).

² Clovis Hugues (1851–1907), político e poeta francês; Ernest Ferroul (1853–1921), médico, prefeito socialista e deputado de Narbonne.

³ Paul Lafargue (1842–1911), nascido em Cuba de pais franceses, estudante de medicina, inicialmente um libertário proudhiano, depois discípulo e genro de Karl Marx, com cuja filha Laura se casou; membro da Internacional; participante ativo da Comuna, delegado de Karl Marx na Espanha para combater os seguidores de Bakunin; Anistiado em 1880; eleito deputado em 1891; com Jules Guesde fundou o Partido dos Trabalhadores da França; autor de *Le Droit à la Paresse*, um panfleto de verve um tanto libertária; suicidou-se com sua esposa em 26 de novembro de 1911. Ele morreu “antes de uma velhice impiedosa”.

⁴ Sobre a unidade socialista, consulte a introdução de Daniel Guérin a Rosa Luxemburg, *Le Socialisme en France (1898–1912)*, a ser publicada; – Édouard Vaillant (1840–1915), um dos maiores revolucionários franceses, inicialmente um blanquista, membro da Comuna de 1871; condenado à morte e depois anistiado. Acabou na “união sagrada”.

geral de jornais e homens cuja política inteira consistia em fazer ou ser feito para ganhar os 25 francos e o lenço, os sindicatos decidiram que, de agora em diante, a agitação política permaneceria alheia a eles, que qualquer discussão que não fosse econômica seria impiedosamente banida de seu currículo e que eles se dedicariam inteiramente à resistência contra o capital. Exemplos recentes mostraram a rapidez com que os sindicatos desceram essa ladeira!

No entanto, o boato dessa revolução havia se espalhado. O novo slogan: Chega de política! se espalhou pelas oficinas. Muitos membros do sindicato abandonaram as igrejas dedicadas ao culto eleitoral. Alguns anarquistas sentiram que o terreno sindical estava suficientemente preparado para receber e fertilizar a doutrina, e vieram em auxílio daqueles que, finalmente emancipados da tutela parlamentar, estavam agora se esforçando para dedicar sua atenção e a de seus camaradas ao estudo das leis econômicas.

Essa entrada de libertários no sindicato teve um resultado considerável. Em primeiro lugar, ensinou às massas o verdadeiro significado do anarquismo, uma doutrina que, para criar raízes, pode muito bem prescindir de dinamite individual; e, por uma cadeia natural de ideias, revelou aos membros do sindicato o que é e o que pode vir a ser essa organização corporativa da qual até então eles tinham apenas uma concepção limitada.

Ninguém acredita ou espera que a próxima revolução, por mais formidável que seja, trará o comunismo anarquista puro. Como ela, sem dúvida, eclodirá antes que a educação anarquista esteja completa, os homens não estarão maduros o suficiente para serem capazes de se ordenar de forma absoluta e, por muito tempo, as exigências do instinto abafarão a voz da razão. Consequentemente (e esta é uma boa oportunidade para dizer isso), se pregamos o comunismo perfeito, não é com a certeza ou mesmo com o espírito de que o comunismo será a forma social de amanhã; é para avançar, para chegar o mais próximo possível da perfeição, a educação humana, para ter, em uma palavra, alcançado o máximo de emancipação quando o dia da conflagração chegar. Mas o estado de transição a ser suportado deve ser necessariamente, fatalmente, a prisão coletivista⁵? Ele não pode consistir em uma organização libertária limitada exclusivamente às necessidades de produção e consumo, com o desaparecimento de todas as instituições políticas? Esse é o problema que tem preocupado muitas pessoas por muitos anos, e com razão.

O que é um sindicato? É uma associação de homens que estudam e discutem interesses profissionais semelhantes, com livre acesso ou abandono, sem um presidente e cujos únicos funcionários são um secretário e um tesoureiro que podem ser demitidos a qualquer momento. Quem são esses homens? Produtores, as mesmas pessoas que criam toda a riqueza pública. Será que eles esperam pela aprovação da lei para se reunir, consultar e agir? Não: sua constituição legal é apenas um meio divertido para que eles façam propaganda revolucionária com a garantia do governo e, além disso, quantos deles não aparecem e nunca aparecerão no registro oficial dos sindicatos? Eles usam o mecanismo parlamentar para chegar a suas resoluções? Também não: eles discutem, e a opinião mais aceita se torna lei, mas uma lei sem sanção, executada precisamente porque está subordinada à aceitação individual, exceto no caso, é claro, de resistir aos empregadores. Por fim, se eles nomeiam um presidente em cada reunião, um delegado encarregado da ordem, é apenas por efeito do hábito, porque, uma vez nomeado, esse presidente é completamente esquecido e frequentemente se esquece da função da qual seus companheiros o investiram.

Laboratório de lutas econômicas, desvinculado de competições eleitorais, favorável à greve geral com todas as suas consequências, administrado de forma anárquica, o sindicato é, portanto, a organização ao mesmo tempo revolucionária e libertária que, por si só, pode contrabalançar e reduzir a influência nociva dos políticos coletivistas. Suponhamos agora que, no dia em que a Revolução eclodir, quase todos os produtores estejam agrupados em sindicatos: não haverá ali, pronta para suceder a organização atual, uma organização quase libertária, de fato abolindo todo poder político, e na qual cada partido, senhor dos instrumentos de produção, regularia todos os seus assuntos: ele mesmo, soberanamente e pelo livre consentimento de seus membros? E isso não seria “a livre associação de produtores livres”?

⁵ Com essa palavra, Pelloutier se referia ao socialismo de Estado.

Certamente há muitas objeções: as administrações federais podem se tornar poderes; pessoas inteligentes podem conseguir governar sindicatos como os socialistas parlamentares governam grupos políticos; mas essas objeções são válidas apenas em parte. Mas essas objeções são válidas apenas em parte. Os conselhos federais são, no próprio espírito dos sindicatos, apenas instituições transitórias, que surgiram da necessidade de generalizar e tornar as lutas econômicas cada vez mais formidáveis, mas que o sucesso revolucionário tornaria supérfluas, e que, além disso, os grupos dos quais emanam vigiam com um olhar ciumento demais para que jamais consigam conquistar uma autoridade orientadora. Por outro lado, a revogabilidade permanente de funcionários faz com que sua função e sua pessoa sejam reduzidas a muito pouco e, com muita frequência, não é suficiente que eles tenham cumprido seu dever para manter a confiança de seus companheiros. A organização sindical ainda estava em sua infância. Mal havia se libertado da tirania da política, caminhava confusa e, como uma criança dando seus primeiros passos, cambaleava pelo caminho da independência. Mas quem sabe aonde a gentileza e, mais ainda, os frutos da liberdade a levarão daqui a dez anos? E é precisamente para esse fim que os socialistas libertários devem dedicar seus esforços.

A missão do Comitê Federal das Bolsas de Trabalho, diz um relatório oficial publicado no *Bulletin de la Bourse de Narbonne*, é “educar o proletariado sobre a futilidade de uma revolução que meramente substituiria um Estado por outro, mesmo que fosse um Estado socialista”. De acordo com outro relatório a ser publicado no *Bulletin de la Bourse de Perpignan*, esse comitê “deve se esforçar para preparar uma organização que, no caso de uma transformação social, possa garantir o funcionamento econômico por meio do livre agrupamento e tornar supérfluas todas as instituições políticas. Sendo seu objetivo a abolição da autoridade em todas as suas formas, sua tarefa é acostumar os trabalhadores a se libertarem da tutela”.

Assim, por um lado, os “membros do sindicato” estão hoje em condições de ouvir, estudar e receber doutrinas libertárias; por outro lado, os anarquistas não precisam temer que, ao participar do movimento sindical, sejam obrigados a abdicar de sua independência. (La Société future, p. 202), “não tem leis, nem estatutos, nem regulamentos aos quais cada indivíduo   forçado a se submeter sob pena de alguma puni o predeterminada”; que os indivíduos têm a faculdade de abandonar sempre que quiserem, exceto, repito, quando a luta contra o inimigo está engajada; que, em suma, é uma escola prática de anarquismo.

Que os homens livres entrem no sindicato e que a propaga o de suas ideias prepare os trabalhadores, os artesões da riqueza, para entender que eles devem regular seus próprios assuntos e, como resultado, romper, quando chegar o dia, não apenas as formas políticas existentes, mas qualquer tentativa de reconstituir um novo poder. Isso mostrar  aos autoritários quão bem fundamentado era seu medo, disfarçado de desdém, do “sindicalismo” e quão curta foi sua doutrina, que desapareceu antes mesmo de poder se afirmar!

Notas

Arquivo Lucy Parsons
Repositório de literatura sindicalista revolucionária



Fernand Pelloutier
O Anarquismo e os Sindicatos Operários
1895

Original em francês disponível no site Monde Nouveau
Título original “L’Anarchisme et les syndicats ouvriers”, escrito em 20 de outubro de 1895, publicado em Les Temps nouveaux, de 2 a 8 de novembro de 1895. Traduzido em 20/03/2025 por Lúcio Alves para o Arquivo Lucy Parsons.

biblioteca.arquivolucyparsons.org